

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A URBANIZAÇÃO INCOMPLETA: A SITUAÇÃO DE ALGUMAS CIDADES DA CAMPANHA GAÚCHA

LUIZ FERNANDO MAZZINI FONTOURA¹

RESUMO

Este trabalho visa avaliar as alterações na relação campo-cidade em função da substituição da atividade pecuária bovina tradicional por outras formas de produção em algumas pequenas cidades localizadas na porção sul do Rio Grande do Sul. O objetivo é entender as transformações causadas pela modernização da agricultura no campo e que têm provocado um descolamento entre o campo e a cidade, que muitas vezes não acompanha este movimento. Isto aumentou a distância entre a modernidade no campo e a pequena cidade. Alguns municípios são avaliados neste processo recente de transformação.

Palavras-chave: modernização; campo; pequena cidade

ABSTRACT

THE MODERNIZATION OF AGRICULTURE AND URBANIZATION INCOMPLETE:
THE SITUATION OF SOME CITIES OF OF RIO GRANDE DO SUL CAMPAIGN

This work aims to evaluate the changes in the field-city relation due to the replacement of the traditional cattle raising activity by other forms of production in some small towns located in the southern portion of Rio Grande do Sul. The intent is to understand the transformations caused by the modernization of agriculture in the countryside and which have provoked a detachment between the countryside and the city, which often does not follow this movement. This has increased the distance between the modernity in the field and the small town. Some municipalities are evaluated in this recent process of transformation.

Key words: modernization; Field; small town

Este trabalho visa avaliar as alterações na relação campo-cidade em função da substituição da atividade pecuária bovina tradicional por outras formas de produção em algumas pequenas cidades localizadas na porção sul do Rio Grande do Sul. A maior parte das cidades antigas do sul do estado foi criada a partir de acampamentos militares quando da formação do cordão de defesa luso frente às investidas castelhanas. Depois, a atividade pecuária bovina tornou-se a economia principal.

O surgimento da vila, da construção da capela que centralizava a vida social, se dava a partir de alguma cedência de uma parte de sesmaria. As primeiras atribuições da futura cidade

¹ Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); E-mail: luiz.fontoura@ufgrs.br
CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.7, n. 1, 2014, p. 27-47.

já manifestava a estreita relação com a atividade pecuária bovina de corte e da sociedade pastoril, tendo os donos de terra como os principais líderes políticos.

Até meados do século XVIII, o povoamento foi se estabelecendo em torno do planalto do sul rio-grandense, a partir dos núcleos já existentes de Rio Grande, Viamão-Porto Alegre, Santo Amaro, Rio Pardo, pelo caminho a oeste, seguindo o rio Jacuí. As cidades da Campanha se estabeleceram ao longo da linha de fronteira depois dos tratados de Santo Ildefonso (1777) e Badajoz (1801). Para se ter uma ideia da ocupação recente, as primeiras sesmarias concedidas na área onde se fundaria a cidade de Bagé se deram no ano de 1801, e a cidade tem a data oficial de fundação em 1811, pelo Marechal de Campo D. Diogo de Souza.

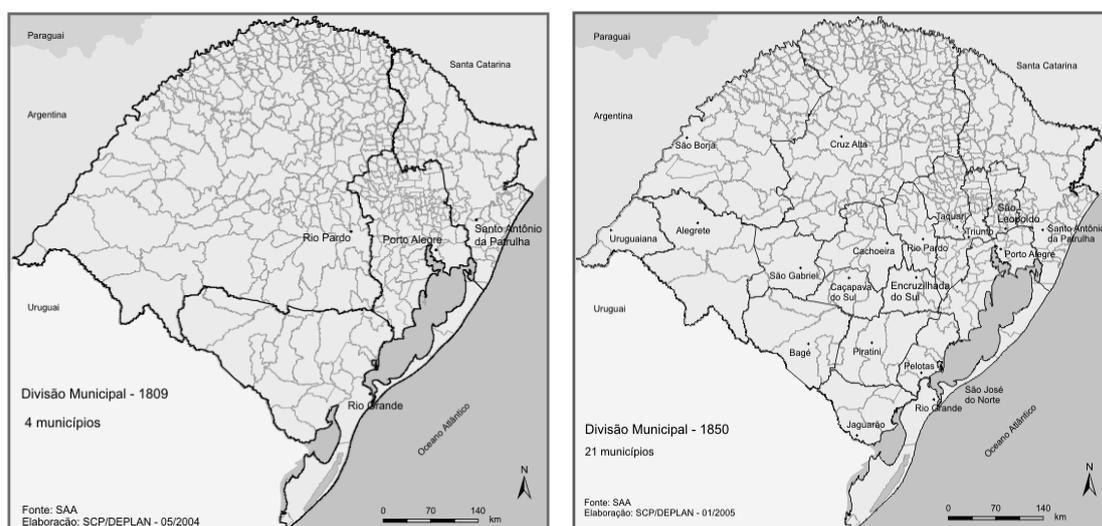


FIGURA 1- Divisão Municipal

FONTE: Atlas Socio Econômico do Rio Grande do Sul (www.scp.rs.gov.br/atlas/).

O CAMINHO

Para viabilizar este estudo buscamos em Santos (2008) a proposta para a compreensão da organização espacial através da análise dos objetos a partir da forma, função, estrutura e processo. A forma vista como um aspecto visível no arranjo ordenado pelos objetos em um dado instante do tempo. A função vista como uma tarefa ou atividade esperada pela forma. A estrutura se refere ao modo de organização, de inter-relação entre todas as partes. Finalmente, o processo representa o resultado desta ação contínua, a transformação e articulação das partes ao longo da história.

A forma é responsável pelo que vemos na paisagem. Já a função, responde por uma expectativa do arranjo da sociedade, a utilização dos objetos. Na produção social, bem como a reprodução, ou seja, desde a produção - circulação - consumo, as partes se inter-relacionam,

finalizando o objetivo da produção consumo. As articulações das variáveis ao longo do tempo dão a ideia da formação espacial, que é a forma espacial da formação econômico territorial de uma sociedade. O território é a apropriação do espaço, ou uma coisa não está lá porque simplesmente está lá, mas sim porque alguém ou um grupo colocou lá e deu sentido a isto. Quando acontece, e de certa forma está influenciando ou determinando o sentido das coisas, temos um território. Mas ao longo da história pode mudar várias vezes, algumas mudam a ordem espacial, em outras se adapta, em outras apenas lhe dá outra função, sem alterar significativamente a forma.

Kant (1987, p. 41-4) escreve que o espaço é “considerado a condição da possibilidade dos fenômenos e não uma determinação dependente destes”. Acrescenta que os diversos tempos não são simultâneos, mas sucessivos, assim como diversos espaços não são sucessivos, mas simultâneos. Os fatos ao longo da história, e espaço como a simultaneidade dos acontecimentos. Ao longo do tempo, a história, dispõe diferentes arranjos espaciais, que em determinados instantes, definem um tipo de arranjo espacial em determinado momento. Isto faz da sociologia mais irmã da geografia do que a prima história, pois a sociologia é a sociedade no presente.

Santos (1996) relaciona o espaço e ordem:

É o espaço que *determina* os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica.”...“A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. Segundo Leibniz (1695), o espaço é a ordem das coexistências possíveis.

E espaço e tempo:

O tempo como sucessão, o chamado histórico, foi durante muito tempo considerado como base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.

Portanto, não há contrastes ou dicotomias do tipo tradicional-moderno, desenvolvido-subdesenvolvido; e sim diferenciadas simultaneidades das diversas temporalidades. Cabe à geografia explicá-las.

Para caracterizar a agricultura, ou seja, o resultado do trabalho social sobre a terra, é importante diferenciar os cultivos (a lavoura) e a criação (a pecuária), em cada tempo, pois as mudanças técnicas, atores e território, são variáveis de difícil visualização. Para isto a análise da paisagem e dos sistemas de produção vem a contribuir para os estudos geográficos, pois o objetivo é descobrir o equilíbrio entre a organização e a divisão do trabalho social, a técnica utilizada, o meio, no sentido de identificar os sistemas de produção e os sistemas agrários a partir das marcas deixadas na paisagem. O primeiro, o sistema de produção, segundo Mazoyer & Roudart (2010, p.73):

se define pela combinação (a natureza e as proporções) de suas atividades produtivas e de seus meios de produção. A categoria social de um estabelecimento se define pelo estatuto social de sua mão de obra (familiar, assalariada, cooperativa, escrava, serviçal), pelo estatuto do agricultor e pelo seu modo de acesso a terra (livre acesso às terras comunais, reserva senhorial, posses servis, exploração direta, parceria, arrendamento...) e pela dimensão do estabelecimento agrícola.

Já numa escala de vila ou região, deve ser utilizado o conceito de sistema agrário, segundo os autores (2010, p.76):

O sistema agrário pode ser conceituado como o instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de toda forma de agricultura real pela análise metódica de sua organização e de seu funcionamento. Esse conceito permite também classificar inúmeras formas de agricultura identificáveis no passado ou observáveis no presente em um número limitado de sistemas, caracterizados cada um por um gênero de organização e funcionamento. A teoria da evolução dos sistemas agrários é o instrumento que permite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região do mundo como uma sucessão de sistemas distintos, que constituem as etapas de uma série histórica definida. Enfim, a teoria da diferenciação dos sistemas agrários é o instrumento que permite apreender suas grandes linhas e explicar a diversidade geográfica da agricultura em uma dada época.

É um conjunto de relações que se estabelecem entre as explorações e o espaço que utilizam, ou seja, o sistema agrário é a expressão espacial da associação de produção e técnicas colocadas em prática por uma sociedade para satisfazer suas necessidades. Expressam em particular a interação entre um sistema bioecológico representado pelo meio natural e um sistema sociocultural, através de práticas oriundas particularmente da aquisição técnica ou acumulação do conhecimento.

Para contextualizarmos e diferenciarmos as cidades que tiveram sua origem na pecuária, abordaremos, a seguir, um pouco da formação espacial sul-rio-grandense.

UM POUCO DA FORMAÇÃO ESPACIAL DO RIO GRANDE DO SUL

A atividade pastoril tem início desde as reduções jesuíticas, com o período mais próspero entre 1641, depois da derrota dos portugueses em M'boraré, até o Tratado de Madri, em 1750. O número de bovinos era muito grande e disperso sobre esta região sul, motivo pelo qual, a partir de 1732, a Coroa Portuguesa concedeu lotes de terra àqueles de sua confiança, como tropeiros e militares, todos leais e com serviços prestados para Portugal.

Desta forma, o regime sesmarial, base da sociedade pastoril sul rio-grandense, parte do litoral e se interioriza se apropriando da terra, do gado bovino, e do trabalho – primeiro dos índios remanescentes das missões – depois se somaram os mestiços dos índios com os colonizadores e os negros. Formava-se a estância militar, pois os peões sabiam desde o manejo dos campos e do gado até as tarefas de combate, que aprenderam com os padres jesuítas. Este ainda é um período de consolidação da fronteira.

Com a consolidação do modelo e o início das tropeadas, que levavam os bovinos e muares para o Brasil colonial central, dá-se início o período da estância comercial, que aumenta o número de famílias pela necessidade de mais força de trabalho. A atividade comercial se intensifica e os povoados se tornam necessários para o encontro desta mão de obra e a família dos estancieiros, que passam a ter parte da sua vida cotidiana nas cidades. Assim, se desenvolve nestas cidades uma arquitetura muito particular, formada por casas e palacetes ainda muito presentes na paisagem citadina de Jaguarão e Bagé.

A partir 1870 começa o cercamento das terras e um forte movimento de êxodo rural na direção das cidades da Campanha, pois as famílias que viviam no limite das estâncias, como os posteiros, perdem sua função com a chegada do alambrado, pondo fim a tarefa de parar rodeio. Com o gado chimarrão esta atividade destinava-se apenas a apartar os rebanhos e recolocá-los nas terras de seus donos. A cerca que vinha da Revolução Industrial inglesa servia, antes de tudo, para separar os investimentos nas recentes importações de bovinos de raças britânicas, acompanhando o fenômeno que já acontecia na vizinha Argentina, que nesta época já se preparava para a frigorificação da carne.

O período do charque não apenas desenvolveu o centro financeiro de Pelotas e as exportações de Rio Grande, como também movimentou o comércio do interior da região da Campanha com a instalação dos frigoríficos, aumentando a renda dos estancieiros e movimentando as atividades comerciais nas praças. Até o período do charque, o rebanho era

rústico e pouco exigente em termos de pastagem, mas a partir da introdução das raças europeias e da frigorificação da carne bovina, as pastagens influenciaram na diferenciação dos estancieiros, sua economia e o desenvolvimento das cidades. Os melhores campos recebiam um número maior de animais e de maior refinamento genético, com maior valor comercial. Estancieiros mais ricos originaram cidades mais ricas, com um comércio mais diversificado, escolas e suas casas palacetes.

Em outro texto (FONTOURA, 2011) procuramos demonstrar que nas sociedades agrárias a produção da riqueza está diretamente ligada ao meio rural, e isto define o tipo de sociedade urbana. No caso em questão, a sociedade pastoril define o perfil da estrutura social, do arranjo espacial da cidade e o campo. A terra é o principal meio de produção e a base da produção da riqueza. Na sociedade pastoril existe pouca divisão do trabalho, e até próximo da Constituinte de 1988, o trabalho no campo não tinha os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e do trabalho fabril. A maior parte das cidades com base na sociedade pastoril geravam poucas oportunidades de trabalho, tendo baixa densidade demográfica. Estas cidades conviveram sempre com o êxodo rural e urbano, com a migração das pequenas cidades em direção as médias e grandes.

A sociedade pastoril é uma sociedade rentista, com base de enriquecimento na renda da terra a partir do monopólio desta. O principal investimento é a aquisição de mais terras. Isto resulta na acumulação dos detentores da terra e na inexistência da mobilidade social. Em resumo, as cidades não diversificam suas atividades, ficando restritas às necessidades da classe dominante e dos negócios da pecuária bovina. A pouca variedade na paisagem das cidades acusa a pouca divisão do trabalho. A igreja, o clube social, algumas agências bancárias, algum comércio, a praça, a escola e as residências compõe a paisagem. E nada mais.

Mesmo em cidades médias a paisagem não é diferente, apenas maior. Por muitas décadas a situação não mudou. Apenas com a associação da lavoura capitalista com a pecuária houve mudanças.

Em Fontoura (2010), procuramos demonstrar a diferença quanto à apropriação da terra nas áreas de campo, predominantes no sul do estado, através da concessão de sesmarias, e nas áreas de mato, ou da Mata Atlântica, predominante no Planalto Meridional. No primeiro, a concessão da terra organizou o território a partir da unidade estância, com o senhor das terras e os agregados com um alto grau de autonomia. A concessão sesmarial reconhecia o direito ao estancieiro do monopólio da exploração da terra. Nela viviam o capataz e sua família, os

peões livres e escravos, os posteiros² com suas famílias. O trabalho com poucas pessoas dava conta da atividade pecuária, caracterizada pela criação de bovinos para a venda e ovinos para o consumo interno da estância, apenas a lã tinha valor comercial. A criação de cavalos abastecia a estância e, também os inúmeros exércitos que pelos campos passavam. Outros agregados produziam alimentos para o abastecimento da estância.

O Planalto Meridional foi menos explorado pela atividade pecuária bovina devido o predomínio das florestas, restando como área de refúgio para os intrusos³. O processo de desmatamento e colonização a partir de 1824, quando começa a marcha do assentamento de camponeses de origem europeia, principalmente alemã e italiana, já se dá sob outra forma de organização territorial. Com a função de ocupar o lugar dos índios, mestiços e escravos refugiados, era necessária uma motivação capaz de levar o camponês a lutar pela sua terra. Mesmo antes da Lei de Terras de 1850-54, os primeiros assentamentos da colônia de Lomba Grande, atual limite de São Leopoldo e Novo Hamburgo, já possibilitavam a propriedade da terra ao imigrante europeu, a propriedade da terra através da sua compra, oportunidade esta que não foi dada ao lavrador nacional. Tanto em Waibel (1958) como em Bernardes (1963) não há dúvidas quanto ao processo de enriquecimento das empresas colonizadoras, ao processo de diferenciação social dentro do campesinato e a valorização da terra, bem como o processo de sua mercantilização. A possibilidade de compra da terra, logo de sua propriedade, estimulou o processo de mercantilização dos produtos agrícolas. Este processo de acumulação e enriquecimento do campesinato é bastante estudado por Waibel a partir de variáveis como distância, qualidade da terra, e uma área mínima (*minimale ackernahrung*) necessária para viabilizar uma unidade de produção. Em outras palavras a renda da terra absoluta e diferencial.

As cidades que se formam no Planalto nascem e crescem em outra dinâmica econômica, diversificada em sua atividade mercantil, possibilitando uma maior divisão do trabalho e a possibilidade de ascensão social. Assim, o crescimento da população destas cidades foi possível e não tardou criar uma camada da população com capacidade para diversificar suas atividades econômicas em atividades capitalistas, como no caso dos granjeiros no início do século XX. Daí em frente, a apropriação rentista e capitalista da terra, sua produção e sua relação com a cidade, apenas acentuou as diferenças entre a Campanha e o Planalto, entre a pecuária e a lavoura.

² Agregado de estância que mora no posto nos limites ou divisas dos campos, zelando pelos gados.

³ Como são chamados os índios, negros e mestiços que habitavam as áreas de mata. Viviam da extração da erva-mate. Quando roçavam lavouras na condição de posseiros eram chamados de lavradores nacionais. CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.7, n. 1, 2014, p. 27-47.

Portanto, na origem da diferenciação regional está a forma da apropriação do espaço por sociedades diferentes, uma sociedade pastoril latifundiária no sul, e outra sociedade capitalista no norte do estado. A primeira mantém até o século XX uma sociedade agrária rentista, onde a produção da riqueza se dá fundamentalmente no campo, o trabalho humano pouco gera mais valor, e o aumento da produção depende necessariamente das condições naturais (pastagens e variações do clima) e da produção em escala. Ou seja, do aumento da área de campo com baixo investimento, ainda que contasse com o melhoramento genético do rebanho. Desta forma, a cidade se limita a administração de uma atividade pouco diferenciada e de baixa distribuição de tarefas e da riqueza produzida.

Já no Planalto o processo é outro. As relações mercantis no início do processo de colonização diferencia o campesinato, promovendo a acumulação em alguns setores, como do comércio e beneficiamento do trigo, promovendo a elevação da base técnica na lavoura até a mecanização, aumentando a diversificação de atividades nos setores comercial, financeiro e industrial. A sociedade industrial que se instala, desloca a produção da riqueza para a cidade, fazendo dela o epicentro das relações sociais, que se expandem para o campo impondo a produção de mais-valia, estabelecendo uma relação capital trabalho como mediadora das relações sociais, impondo novas formas como o arrendamento capitalista, a contabilidade, a intensificação da produção, ou seja, o aumento da produtividade como meta para o aumento da taxa de lucro. As cidades se beneficiam e se multiplicam no norte do estado.

As primeiras lavouras mecanizadas foram as do trigo e do arroz. A geografia da lavoura arroteira irrigada é distinta. Cultivo realizado em áreas de inundação, as primeiras lavouras ocorrem nas terras baixas de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Camaquã e Cachoeira do Sul. A partir da modernização provida pelo Estatuto da Terra, este cultivo migra para as áreas de várzea da região da Campanha. Com a construção de açudes, o cultivo se expande pelos municípios de Bagé, Dom Pedrito, pela Campanha central, e Uruguaiana e Quaraí, pelo oeste do estado, assim com em Jaguarão e Santa Vitória do Palmar, no entorno da Lagoa Mirim. A lavoura de arroz se expandiu pela porção sul do estado ultrapassando a fronteira com o Uruguai. De fácil associação com a pecuária de corte, o gado bovino ocupa muito bem as lavouras após a colheita, alimentando-se da resteva, ou seja, a pastagem após a colheita, bem como nos períodos de pousio da terra. Recentemente, com as técnicas associadas ao sistema de plantio direto, a lavoura de arroz não tem alterado a sua produtividade em função dos períodos de estiagem.

Sobre a lavoura de soja, que se beneficiou dos incentivos após o Estatuto da Terra, também se expandiu em municípios do sul do estado, mas encontrou obstáculos ao seu

desenvolvimento em áreas de solo raso, como no caso do escudo sul-rio-grandense. Excluídos do processo de modernização, uma boa parte das cidades do sul do estado ficaram de fora dos investimentos de capital realizados junto às lavouras mecanizadas, bem como da infraestrutura a esta ligada.

Os investidores capitalistas destas lavouras tem sua origem no Planalto Meridional, e realizam investimentos no sul do estado onde veem a possibilidade de lucratividade. Assim, as lavouras capitalistas vão se desenvolvendo onde existem as possibilidades de adaptação técnica e de investimento. Por esta razão, ao contrário do norte, no sul do estado as relações capitalistas vão se territorializando em forma de enclaves e em diferentes tempos. Como observa Santos (2008, p.48):

As modernizações criam novas atividades ao responder a novas necessidades. As novas atividades beneficiam-se com as novas possibilidades, porém a modernização local pode representar simplesmente a adaptação de atividades já existentes a um novo grau de modernismo. Sem dúvida, combinações diferentes são possíveis entre estas duas hipóteses. O fato de que cada momento nem todos os lugares são capazes de receber todas as modernizações explica por que: 1) certos espaços não são objetos de todas as modernizações; 2) existem demoras, defasagens, no aparecimento desta ou daquela variável moderna ou modernizante; e isto ocorre em diferentes escalas.

A modernização da agricultura tem seu início no Planalto e se expande na direção sul, em busca de novas terras. Entretanto, nem todos os espaços são tomados, seja por falta de uma associação com a classe de produtores locais, seja por obstáculos naturais como a inadequação do solo ou relevo, dificultando a utilização das máquinas.

Por esta razão algumas cidades vão se transformando frente a modernização da agricultura, acompanhando as alterações na divisão do trabalho e especialização. Já outras não se modernizam porque o campo também não moderniza. E mesmo algumas cidades não se modernizam porque o campo modernizado pode ter seu epicentro de decisões distante da sua localização, havendo um descolamento do campo e de sua cidade circunvizinha. Assinala Santos (1988, p.54) que “Quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance. Por isso se pode falar em curto-circuito da cidade mais próxima, já que o esquema tradicional era rompido.” Da mesma forma que a relação de hierarquia entre as cidades se altera com a modernização, a relação das cidades maiores com as menores também, tendo estas como tributárias. O campo modernizado também se relaciona com outra hierarquia junto aos centros urbanos maiores.

AS CIDADES E O CAMPO

Na hierarquia das cidades, as médias se orientam para atender esta nova realidade do campo, e as pequenas passam a ter uma função ainda menor na prestação de serviços, limitando-se, muitas vezes, a se tornar cidades de moradias, de trabalhadores do campo e de pessoas aposentadas. Permanece a história, os tempos já vividos, mas não absorve o novo.

É sabido na geografia, bem como em outras áreas de conhecimento, da dificuldade de diferenciar o urbano e o rural, ou quando termina a cidade e começa o campo. Especificamente em nosso caso, que vamos tratar de pequenas cidades e sua relação com o campo, necessitamos adotar uma linha coerente para dar cabo à análise.

Vamos nos valer da abordagem a partir do texto de Wanderley (2009, p.301), a respeito da ruralidade presente nas pequenas cidades, desvinculando do município o campo e a cidade:

É preciso considerar, portanto, que o ‘urbano’ em questão é, nesses casos, constituído pelas pequenas cidades. Assim, o contato intermitente ou permanente dos ‘rurais’ com as cidades deste tipo, nem sempre significa o acesso a uma efetiva e profunda experiência urbana, que se diferencie ou mesmo se oponha ao seu modo de vida rural, mas pode significar simplesmente, a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária, que, por sinal, nem toda pequena cidade brasileira consegue assegurar a seus moradores, urbanos ou rurais. É certamente um tema que está a merecer novas pesquisas que permitam, por um lado, formular uma matriz explicativa das diversas situações, que serão, sem dúvida, identificadas na realidade brasileira, e por outro lado, superar certa ‘naturalização’ da noção de localidade, cuja utilização em sentidos diversos, porém pouco explicados, pode ter consequências importantes para a análise dos processos sociais que se manifestam, precisamente, nestas fronteiras sociais. O meio urbano, sobretudo, as cidades de maior dimensão, tem, inegavelmente, seu próprio dinamismo, que é assegurado pela complexidade do desenvolvimento dos setores industriais e de serviços.

Com base no acima exposto, Wanderley (2009, p.311) salienta que em cidades de até 20 mil habitantes, e não raro, até 50 mil, a população rural é significativa, e “por outro lado, as pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, frequentemente, frágil e precária”. Muitas vezes, parte da população vive fora do limite urbano da sede, acentuando esta fragilidade. A pequena cidade centraliza as atividades administrativas, pouco acrescentando atividades de um mundo urbano. O pequeno, no caso da cidade, se confunde com fragilidade, e as pessoas passam a reproduzir suas estratégias de vida a partir destas condições.

No sentido de exemplificar esta relação nas cidades do sul do estado do Rio Grande do Sul, tomaremos três dissertações que tratam do nível de transformação no município, a partir das mudanças na cidade e as transformações no campo.

No primeiro trabalho, trataremos as alterações urbanas em Santa Vitória do Palmar, onde Ferreira (2009) percebe que o crescimento da cidade está vinculado às necessidades de moradia em função do aumento do operariado agrícola na lavoura mecanizada do arroz. O segundo município é Dom Pedrito, que tratado por Barreto (2011), observa que a modernização da lavoura de arroz não agregou benefícios à cidade. Os municípios de Jaguarão e Lavras do Sul são tratados por Pizzato (2013) através do recente crescimento da lavoura de soja. A seguir, alguns dados sobre a população e a modernização da agricultura nestes municípios.

Estado do Rio Grande do Sul : Municípios

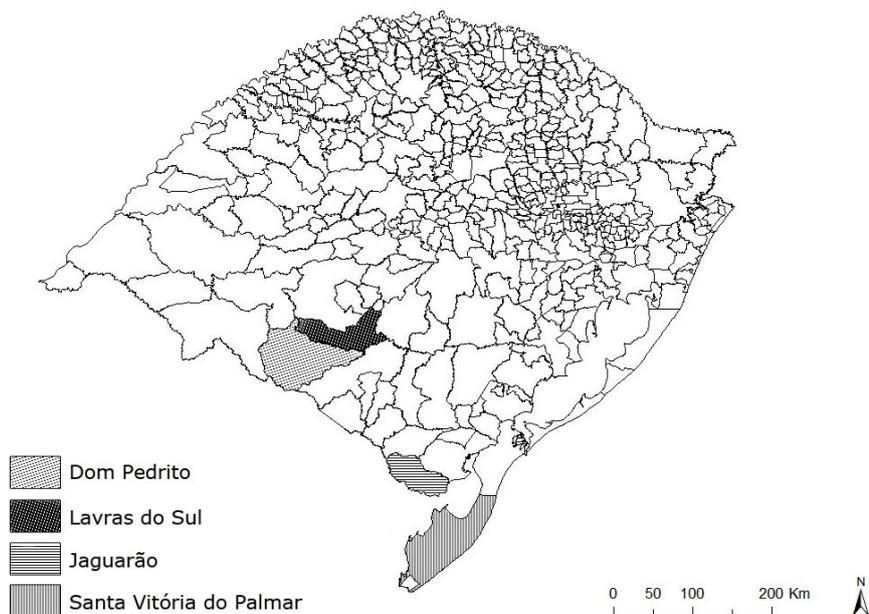


FIGURA 2 - Localização dos municípios
Adaptado por SOMMER, A. C.

TABELA 1 – População urbana e rural

POPULAÇÃO 2010	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%	% URBANA SEDE
Santa Vitória do Palmar	30.990	26.890	86	4.100	14	78
D. Pedrito	38.898	35.255	90	3.643	10	89
Jaguarão	27.931	26.105	93	1.826	7	93
Lavras do Sul	7.679	4.758	61	2.921	39	58

FONTE: CENSO IBGE, 2010⁴.

QUADRO 1 - Produção agrícola mecanizada de arroz

CULTIVO DE ARROZ (HA)	2006	2012
Santa Vitória do Palmar	53.656	67.877
Dom Pedrito	43.900	32.800
Jaguarão	17.800	20.312
Lavras do Sul	3.100	3.100

FONTE: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2013.

QUADRO 2 - Produção agrícola mecanizada de soja

LAVOURA DE SOJA (HA)	2006	2012
Jaguarão	7.000	20.000
Lavras do Sul	8.500	8.000

FONTE: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2013.

Santa Vitória do Palmar foi criada entre 1852 e 1854 em terras de sesmarias após a definição do território luso sobre os Campos Neutrais. Por ser a esposa do fundador devota de Santa Vitória, somada à ocorrência de grande quantidade de palmeiras na região, estendendo-se ao Uruguai, onde ainda existem espécies, a cidade nasce ligada a atividade pecuária bovina de corte como era comum no sul do estado. Por muitas décadas, até a construção da BR 471 nos anos 1970, o caminho principal era realizado pela linha de praia. Na década de 1940 a 1960, uma embarcação conduzia a população até a cidade de Pelotas.

Em vista destas dificuldades, até a ligação asfáltica, Santa Vitória do Palmar esteve muito ligada à cidade de Montevidéu, herdando parte das características arquitetônicas em seus casarios. As primeiras lavouras de arroz surgem a partir de 1947, bem como as cooperativas de lã. Entretanto, a rede de energia elétrica só foi ligada ao sistema estadual a partir de 1998. Até então, a energia era produzida por um gerador a diesel e outra parte importada do Uruguai. Situação idêntica se deu ao município de São José do Norte. Isto dificultou os investimentos na lavoura do arroz. Desde o início, as lavouras se desenvolveram preferencialmente em terras arrendadas, e por produtores de fora do município.

⁴ Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=43>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

Desde o século XX, a população de Santa Vitória do Palmar sempre cresceu e foi se tornando mais urbana, pois mesmo em trabalho no meio rural, esta reside no meio urbano. Ainda que detenha maior área plantada de arroz, em torno de 70 mil hectares, maior que Pelotas, em torno de 9.100 ha⁵, o armazenamento e o beneficiamento se dão preferencialmente nesta última. Isto torna a utilização do campo sob o domínio da cidade maior e mais industrializada.

Quando a pecuária era a atividade principal, os estancieiros residiam em Santa Vitória do Palmar, e os movimentos das tropas pelos caminhos dos campos e caminhos de terra eram suficientes para o escoamento da produção. Esta classe detentora da terra ao ceder lugar para a produção principal capitalista, materializada na lavoura de arroz, deixou de ser rentista no campo para ser rentista na cidade, ou seja, arrendou ou vendeu os campos e comprou imóveis na cidade, obstaculizando investimentos mais significativos no meio urbano, tornando-se um obstáculo na cidade. Esta é uma característica comum nas cidades da região da Campanha, aumentando a distância da produção da riqueza no campo e a falta de oportunidades na cidade. Diante desta situação, Ferreira (2009, p.151-2) descreve:

Verificamos que os agentes sociais responsáveis pela organização espacial da cidade não são os mesmos que atuam nas áreas rurais do município. No meio urbano, observa-se uma atuação maior dos agentes locais. No meio rural, os proprietários fundiários atuam por vezes como promotores imobiliários e proprietários dos meios de produção. No campo, há uma racionalidade que não é acompanhada pela cidade, que se organiza para atender o campo, ou seja, uma cidade do campo, como nos diz Milton Santos (1994). Santa Vitória do Palmar adaptou-se para atender ao campo. Esse, por outro lado, obtém da cidade a mão de obra necessária à sua produção, em períodos determinados do ano, e os serviços essenciais.

Quando analisamos a relação da cidade de Santa Vitória do Palmar com o campo, percebemos que essa apresenta ainda características de uma sociedade agrária, ou seja, a cidade constituiu o centro político que organiza o meio rural, mas depende dele, o verdadeiro produtor. Da mesma forma, trata-se também de uma sociedade urbana, na qual ocorre uma reorganização do meio rural através das máquinas e do desenvolvimento da tecnologia. No entanto, a cidade faz parte da divisão do trabalho, mas não representa essa dinamização observada no campo. Neste sentido, o campo, produtor de riqueza, modela a cidade para servir a sua finalidade. Santa Vitória do Palmar se constitui, assim, num prolongamento rural (QUEIROZ, 1978). Percebemos que o campo é mais urbano que a cidade em aspectos como o ritmo e a racionalidade da produção, enquanto a cidade permanece excluída desse processo.

Ferreira salienta ainda, que os comerciantes de origem italiana comuns no passado, de bom nível de renda, resultado do comércio que estabeleciam com os grandes proprietários

⁵ Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades.

fundiários, acabaram por adquirir terras, ao invés de investir em outros setores produtivos, como a indústria. Passado o período da modernização da agricultura nos anos 1970, o crescimento da cidade recentemente se dá através de programas federais para atender a demanda por moradia para a população empregada no meio rural. A cidade é pequena não porque tem uma população pequena, diz a autora, “mas pelo seu papel secundário em relação às áreas agrícolas em seu entorno”.

De certa forma, este instrumento funciona como mais um subsídio para a agricultura, uma vez que o acesso à moradia se dá a um custo menor, compatível com a remuneração do trabalho rural.

Esta situação descrita no caso de Santa Vitória do Palmar demonstra uma situação particular das cidades do sul do estado, o campo rico e a cidade pobre, fora dos circuitos mais dinâmicos da produção, generalizando a ideia de empobrecimento na porção sul do estado.

Barreto (2011) analisa o município de Dom Pedrito, partindo de uma ideia inicial de que após a modernização da agricultura a cidade empobreceu. A cidade foi criada em 1872, mas o povoamento que lhe deu origem surge com um desertor do exército espanhol, Don Pedro de Ansoategui, que deu nome ao passo, e posteriormente a vila. A atividade inicial era o contrabando de gado chimarrão e couro dos países do Prata. Da atividade ilícita prosperou para um centro comercial que abastecia as estâncias, principalmente após a estabilização da fronteira e a atividade pastoril. A porção sudoeste do estado do Rio Grande do Sul foi a última a ser anexada ao território nacional. A boa condição dos estancieiros com o passar do tempo levou-os a construção de palacetes na cidade, nos moldes dos que eram construídos em Santana do Livramento, consolidando no espaço urbano uma elite agrária de origem pastoril em aliança com uma classe comercial.

Também neste caso, os comerciantes investiram em compra de terras, embora propriedades menores. Basicamente, a cidade era um centro comercial e de serviços, de onde partiam vendedores viajantes para atendimento das necessidades da população rural das estâncias. Barreto observa, também, que nesta próspera aliança entre estancieiros e comerciantes resultou na construção de hotéis, um conservatório de música, clubes sociais, um pavilhão de feira rural, estabelecimentos de ensino, por exemplo, para o uso da população local, atingindo um momento de grande prosperidade. Outras atividades ligadas à produção ovina, a produção de lã e um frigorífico, ainda somaram-se às outras atividades na metade do século XX. Na produção vegetal, o trigo ocupou lugar de destaque.

A partir dos anos 1970, já consolidada a presença militar no município, somou-se a isso o comércio para as lavouras mecanizadas, com um significativo número de lojas ligadas

ao setor. A ligação asfáltica pela BR 293 impulsionou os negócios das lavouras mecanizadas, ligando Dom Pedrito às cidades de Bagé, Pelotas e Rio Grande e ao porto. Do ano de 1956 a 2010 a população rural de Dom Pedrito passou de 56,2 % para 9,6%, sendo que a população do município passou de 27.960 habitantes para 38.898, nos mesmos anos. Este crescimento populacional não foi absorvido na cidade, no mesmo período, mesmo não diminuindo o número de postos de trabalho.

Barreto analisa que a mudança da atividade pecuária tradicional para a lavoureira criou uma nova classe de produtores arrendatários que são de fora da cidade. Somado a este fato, as novas formas de produção, a exemplo do arroz e da soja, também presente no município, tendem a uma verticalização da cadeia de produção e beneficiamento, e a estrutura a ela ligada encontra-se distante. Ao não criar formas de acompanhar o que estava acontecendo no campo, a população local não tem condições de obter trabalho ou prestar serviços nas lavouras modernas, pois os agentes externos não trazem e nem deixam estruturas de sustentação a estas formas modernas. Na medida em que a população foi crescendo, também cresceu a pobreza na cidade, pois não houve uma absorção desta mão de obra e a porção mais especializada da lavoura traz consigo os técnicos. Para o autor

Não há solidariedade orgânica entre a cidade e o campo. Na prática, o fornecimento de insumos para a produção pode ser plenamente realizado mesmo que não exista um fornecedor local. Embora esta não seja uma condição notadamente exclusiva em Dom Pedrito, ela condiciona o desenvolvimento da economia da cidade, pois empreendimentos locais que visam atender à produção tendem a ser ou verticalizados – dominados pelas mesmas pessoas ou empresas que operam na instância da produção – ou vinculados como filiais de grandes corporações do ramo. Como a principal atividade produtiva ainda é agrícola podemos inferir que aí, na incorporação do lugar ao período técnico-científico-informacional, ainda se encontra boa parte da explicação para o baixo desenvolvimento da cidade no período pós-modernização do campo (BARRETO, 2011, p. 145).

No mesmo sentido segue argumentando mais adiante (2011, p.147):

A cidade local, desde a mudança no perfil de produção agrícola, passa a receber o excedente de mão de obra do campo, sendo o depósito desta força de trabalho que é utilizada nas lavouras. Foi neste rearranjo das forças produtivas que a cidade, em Dom Pedrito, conheceu o inchaço demográfico em uma velocidade que não possibilitou a produção de alternativas, sendo que boa parte dos migrantes acabaram se deslocando para outros lugares, polos regionais ou mesmo para as metrópoles. Hoje ainda, a presença marcante de capital na agricultura cria uma ilusão de que possibilidades de desenvolvimento local é uma questão de tempo, pois a rápida transformação não permitiu que a população local assimilasse o rompimento entre a vida na cidade e a produção no campo. A cidade não gera alternativas fora da tradicional atividade agrícola, insistindo em uma sincronia impossível, pois a

aceleração do tempo no campo foi muito superior à da cidade. Mesmo que a cidade conte com a instalação de estruturas de apoio à cadeia produtiva, sobretudo os engenhos de arroz, estes novos objetos que marcam a paisagem da cidade estão submetidos a uma lógica verticalizante, encerrando a produção de riqueza no mesmo circuito. Todos estes processos podem ser observados em Dom Pedrito. A eles se somam as implicações de ordem política que também são uma característica dos novos tempos.

Dom Pedrito hoje é forte na produção de arroz irrigado e na pecuária bovina empresarial, mas cresce, também, a vitivinicultura, como em toda a região da Campanha, nas áreas limites com o escudo sul-rio-grandense, no limite com o município de Lavras do Sul, a nordeste.

Jaguarão tem o nome do rio que o separa do país vizinho Uruguai. Este nome pode derivar do felídeo, que na língua tupi significa onça, encontrada em toda a América, mas pode derivar da lenda dos guaranis pampianos, do Jagua-ru, de um terrível ser que fazia escavações nas barrancas do rio, onde se encontravam os índios, desmoronando as terras, lançando-os às águas e fazendo-as presas⁶.

Por outro lado, também Jaguarão surgiu de um acampamento militar, resultado do expansionismo português. Apenas em 1801, como resultado de uma ligação com a cidade do Rio Grande, através da Lagoa Mirim, iniciaram-se os combates contra os espanhóis. A partir de 1815, as primeiras vias de circulação foram criadas e as primeiras plantações e criações surgiram, mas ainda guardava uma forte presença militar.

Com quase 30 mil habitantes, a cidade tem um grande e belo patrimônio arquitetônico recuperado recentemente, o que aumentou seu potencial turístico, uma opção para segurar por alguns dias mais os turistas que vão às compras na vizinha cidade de Rio Branco, no Uruguai. Esta, sem infraestrutura urbana, mas com muitas lojas de *free-shop*, atrai turistas brasileiros com a finalidade de compras de artigos importados com menores taxas de importação, que, potencialmente, podem ser hóspedes em Jaguarão.

Inicialmente rústica, não tardou a se beneficiar dos caminhos das tropas legais e ilegais que por ali passavam, bem como do comércio com Pelotas, através da navegação da Lagoa Mirim. Assim, os prósperos estancieiros começaram a erguer suas casas, como referem Ribeiro et alii (2011)

⁶ Disponível em <http://www.jaguarao.rs.gov.br/?page_id=364>. Acesso em: 23 out. 2013.

Os movimentos da região portuária, do comércio, dos bons negócios, da lida com o gado e o aumento populacional, em Jaguarão, na metade do século XIX, refletir-se-ão na procura por terrenos e na projeção de novas construções. A instalação de olarias dará gradativamente um caráter mais sólido à cidade, na qual se erguiam ainda muitos dos chamados “cobertos de capim”. As construções, em um primeiro momento, estariam vinculadas com a linguagem do período colonial e alguns prédios começavam a apresentar variações arquitetônicas por suas dimensões e soluções estilísticas.

Adiante, seguem os autores

Mesmo em princípios do período oitocentista, os prédios mais importantes da cidade foram erguidos no entorno da Praça da Matriz, como forma de demonstrar o prestígio econômico-social das elites. Este foi o local preferido, também, para a instalação dos principais casarões, “uma terminologia popularmente utilizada para identificar as construções típicas da classe dominante, que os encomendava a exímios construtores que chegavam à região, procedentes tanto da Europa, como de outras cidades mais próximas” (MARTINS, 2001, p.234). Alguns proprietários buscaram conferir um caráter mais sóbrio às suas moradas, enquanto outros visaram à ostentação por meio de obras ricamente decoradas.

Nos anos 1980 a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pelotas começou um inventário sobre os prédios históricos da cidade, que redundou, a partir de 2007, no tombamento de mais de 800 imóveis pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAER RS). Um caso de preservação de tamanha monta merece uma análise mais detalhada.

Uma característica das cidades da Campanha gaúcha é a preservação das fachadas dos prédios. Estas representam um período de dinamismo econômico, de um momento de sucesso nos empreendimentos. Assim foi a atividade pecuária bovina, no momento em que a produção da riqueza se dava no campo. A estabilização desta arquitetura aponta para a estabilização, e até decadência da atividade principal, pois não houve razão para a substituição destes prédios por outros que representassem as novas atividades. São raros os edifícios nestas cidades, e, quando os têm, ainda são característicos dos anos 1960-70. A verticalização foi interrompida pelo término do ciclo econômico, pela falta de demanda. Não houve a necessidade de novos prédios que substituíssem os antigos. Nas décadas de 1960 e 70, no auge do período desenvolvimentista, era “moderno” demolir prédios antigos e substituí-los por novos, com arquitetura farta em concreto armado, e que representasse as novas funções para o qual foi construído. A preservação dos prédios, ou a manutenção da forma, está diretamente associada à falta de modernização do campo, o que não gerou novas demandas na cidade.

Atualmente, Jaguarão conta com duas instituições federais de ensino, um campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense, e outro da Universidade Federal do Pampa. Isto atraiu professores e alunos fixando-os e demandando outro perfil de consumo. Somam-se os investimentos em turismo de aventura associado a eventos na cidade e o turismo rural. Existe o projeto do Museu do Pampa, que será instalado nas ruínas da enfermaria militar, nos moldes de interatividade do Museu da Língua Portuguesa, localizado na cidade de São Paulo, projetado pelo mesmo grupo de arquitetos paulistas.

Isto também demonstra a utilização das características da nova função da cidade sobre a cidade antiga, mas descolada do campo, onde predomina as modernas lavouras de arroz associada à atividade pecuária bovina de corte. Mas o epicentro das atividades rurais está na cidade de Pelotas, nos mesmos moldes de Santa Vitória do Palmar, tratado anteriormente.

No caso de Jaguarão, o limite para a expansão da lavoura de arroz é a disponibilidade de água e terras planas. Entretanto, na última década, houve a expansão da lavoura de soja sobre a área destinada à atividade pecuária. O fator decisivo para o desenvolvimento do plantio da oleaginosa foi à técnica do plantio direto. As terras destinadas à criação de bovinos, que se manteve durante o avanço da modernização da agricultura, foram àquelas que tinham baixo horizonte de solo devido ao afloramento rochoso, característico do escudo sul-rio-grandense.

A lavoura de soja também cresceu muito em Lavras do Sul. Da mesma forma que Jaguarão, majoritariamente, com os produtores de fora do município. Aqui também o plantio direto foi responsável, devido à superação do obstáculo baixo perfil do solo.

Santo Antônio das Lavras tem sua origem na mineração do ouro através da instalação de um acampamento mineiro às margens do rio Camaquã. Em 1882 passou a categoria de vila e cidade em 1938. A partir da concessão de sesmarias, também Lavras do Sul iniciou sua história ligada à atividade pecuária bovina de corte.

A modernização da agricultura chegou apenas na sua porção territorial oeste, no limite com município de Dom Pedrito, com a iniciativa dos lavoureiros de arroz. Na porção central, com as cotas mais elevadas do Planalto Sul-rio-grandense, os solos rasos e os afloramentos rochosos não permitiram o sulco do arado, deixando na paisagem o sentimento bucólico da pecuária tradicional, com suas mangueiras de pedra, o gado pampa (*hereford*), os agregados da estância e sua dominação territorial. Afinal, uma pessoa tem que ocupar um espaço. Já em sua porção oriental, limite com o município de Caçapava do Sul, se acentua os dobramentos do escudo, serras e ondulações, que exceto nas várzeas, cria sérias dificuldades para a prática

agrícola. Desta forma Lavras do Sul se manteve intacta por todo período da modernização da agricultura, estacionada na dinâmica da pecuária bovina extensiva.

Na última década, estimulou-se crescimento da área plantada com soja devido as suas terras virgens de lavoura e com baixo preço no mercado imobiliário rural. Empresários da soja, vindos de outros lugares, vêm investindo em grandes lavouras, armazenamento, e uma componente nova: propaganda. A abertura da colheita da soja, bem como a do arroz, são eventos com a presença do governador, tornando este momento de grande importância política. A feira de terneiros, bem como o Sindicato Rural, recebeu infraestrutura profissional, caracterizando a nova racionalidade capitalista territorializada. Mais um caso em que o campo se moderniza, e neste caso em uma velocidade astronômica, e a cidade fica parada no mesmo lugar.

Apontando cenários futuros para Lavras do Sul, Pizatto (2013) destaca que com o mercado de soja muito aquecido, o município de receber ainda fortes investimentos na lavoura, o que levará a demandas que terão que ser atendidas na cidade, ofertando empregos relacionados. Por outro lado, o cotidiano bucólico relacionado à atividade pecuária tradicional, deve estimular mais investimentos nos já existentes hotéis fazendas, demandando um pouco mais da cidade, como comércio e hotelaria. Se não é muito, também tem que se salientar que é espontâneo, sem estímulo profissional ou oficial significativo.

Muito se tem debatido sobre a modernidade e a globalização, no sentido de tornar todas as coisas e lugares muito parecidos em seu modo de vida. Entretanto, nem bem alguns lugares adentraram na modernidade, outros já estão passando a sociedade industrial, adiante desta, como na sociedade urbana de Henri Lefebvre. A relação campo-cidade tem respondido a esta situação de diversas maneiras, complexas antes de tudo.

Diferentes temporalidades convivem muito próximas, e por vezes, no detalhe estão as diferenças que separam sociedades modernas e tradicionais. O espaço, como já foi escrito, reúne a todos com suas múltiplas possibilidades, diferentes em seu uso.

Portanto, são as diferenciadas simultaneidades das diversas temporalidades que nos apresentam os contrastes, tradicional e moderno, lado a lado, e não as dicotomias. O processo de territorialização dos novos agentes, sobrepondo-se, ou formando alianças com os antigos. A cidade moderna tende a alicerçar-se com o campo moderno ao seu entorno. Já o campo moderno, quando resultado da expansão da cidade moderna, não incorpora a antiga cidade, desprende-se, deixando-a a sorte de seu próprio tempo, até que se reencontre em uma nova divisão do trabalho.

Como no Brasil não houve uma revolução com a industrialização ou mesmo a modernização no campo, os antigos donos da terra, os latifundiários e sua respectiva sociedade, ainda se mantêm, mas cada vez mais restritos. Diferentes dos concentradores de terras empresariais, que continuam crescendo e avançando. O velho latifundiário deixou de ser rentista no campo para ser rentista na cidade, ou seja, muitas vezes obstaculizando investimentos mais significativos no meio urbano, impedindo que pequenas cidades possam mudar e acompanhar o movimento moderno do campo, o que por si só já seria uma tarefa difícil. Boa parte das cidades da região da Campanha passa por este processo de transformação. As cidades grandes já foram estudadas, e recentemente as médias vêm ganhando importância nas análises. Este texto procura chamar a atenção das pequenas cidades, pois afinal como expressou Lenize Ferreira, “A cidade é pequena não porque tem uma população pequena, mas pelo seu papel secundário em relação às áreas agrícolas em seu entorno”.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Vitor A. A. **Dom Pedrito, cidade e campo: a modernização agrícola e a cidade local**. Porto Alegre: Dissertação mestrado, UFRGS-PPGea, 2011.
- BERNARDES, Nilo. **As bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- FERREIRA, Lenize R. **Transformações na paisagem urbana de Santa Vitória do Palmar-RS: relações sociais, políticas de habitação e a produção da cidade**. Porto Alegre: Dissertação mestrado, UFRGS-PPGea, 2009.
- FONTOURA, Luiz F. M. A desigualdade regional no Brasil meridional. Rio de Janeiro: Geographia, **Revista do PPG - UFF**, Vol. 12, No 24, 2010.
- FONTOURA, Luiz F. M. Campo, **Cidade e a Natureza Recriada Na Artificialidade Urbana**. Porto Alegre: BGG N.º 36, páginas 43 – 51, Maio 2011.
- RIBEIRO, Maria F.B., MELO, Alan D., LIMA, Andréa G. **Cidade, memória e política: Jaguarão/RS patrimônio histórico e artístico nacional**. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300879978_ARQUIVO_cidade33.pdf. Acesso em: 23 out. 2013.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- PIZATTO, Fernanda. **Pampa gaúcho, causas e consequências do expressivo aumento das áreas de soja**. Porto Alegre: Dissertação mestrado, UFRGS-PPGea, 2013.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.